Quinta-feira, 11 de março de 2021

P9_TA(2021)0088

O conflito sírio — 10 anos após a revolta

Resolução do Parlamento Europeu, de 11 de março de 2021, sobre o conflito sírio — 10 anos após a revolta (2021/2576(RSP))

(2021/C 474/14)

O Parlamento Europeu,

— Tendo em conta as suas anteriores resoluções sobre a Síria, em particular as de 15 de março de 2018 sobre a situação na Síria ([1]), de 18 de maio de 2017, sobre a estratégia da UE para a Síria ([2]), de 4 de julho de 2017, sobre a luta contra as violações dos direitos humanos no contexto de crimes de guerra e dos crimes contra a humanidade, incluindo o genocídio ([3]), de 24 de outubro de 2019, sobre a operação militar turca no nordeste da Síria e suas consequências ([4]), de 26 de novembro de 2019, sobre os direitos da criança, por ocasião do 30.º aniversário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança ([5]) e de 17 de novembro de 2011, sobre o apoio da UE ao TPI: fazer face aos desafios e superar as dificuldades ([6]),

— Tendo em conta a declaração do Conselho dos Negócios Estrangeiros da UE, de 6 de março de 2020, e as mais recentes conclusões do Conselho da UE sobre a Síria, de 14 de outubro de 2019, 16 de abril de 2018 e 3 de abril de 2017,

— Tendo em conta as anteriores declarações do Vice-Presidente da Comissão/Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre a Síria, incluindo as de fevereiro de 2020 sobre o acesso humanitário em Idlib, de 13 de janeiro de 2020 e de 26 de setembro de 2019, sobre a Síria, e de 9 de outubro de 2019, sobre a evolução da situação no nordeste da Síria,

— Tendo em conta a Decisão de Execução (PESC) 2021/30 do Conselho, de 15 de janeiro de 2021, que dá execução à Decisão 2013/255/PESC que impõe medidas restritivas contra a Síria ([7]), que aditou o novo ministro sírio dos Negócios Estrangeiros à lista de sanções da UE contra os responsáveis pela repressão violenta na Síria,

— Tendo em conta a estratégia da UE para a Síria adotada em 3 de abril de 2017 e as conclusões do Conselho sobre a estratégia regional da UE para a Síria e o Iraque, bem como a ameaça representada pelo EIIL/Daesh, adotadas em 16 de março de 2015,

— Tendo em conta a declaração conjunta das Nações Unidas e da União Europeia, na qualidade de copresidentes da Quarta Conferência de Bruxelas sobre o apoio ao futuro da Síria e da região, realizada em 30 de junho de 2020,

— Tendo em conta as anteriores declarações do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Síria, incluindo as do seu porta-voz, de 1 e 18 de fevereiro de 2020,

— Tendo em conta a última declaração do Enviado Especial das Nações Unidas para a Síria, Geir O. Pedersen, proferida perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em 22 de janeiro de 2021,

— Tendo conta as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativas à Síria desde 2011, nomeadamente a Resolução 2254 (2015) que aprova um roteiro para um processo de paz na Síria, a Resolução 2249 (2015) sobre o Estado Islâmico no Iraque e na Síria e a Resolução 2533 (2020) que prorroga a abertura do posto fronteiriço de Bab al-Hawa por um ano, até 10 de julho de 2021, para a ajuda humanitária,

— Tendo em conta os últimos relatórios da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Síria, apresentados ao Conselho dos Direitos Humanos da ONU, em 1 de março de 2021,

---

([1]) JO C 162 de 10.5.2019, p. 119.
([2]) JO C 307 de 30.8.2018, p. 117.
([3]) JO C 334 de 19.9.2018, p. 69.
([4]) Textos Aprovados, P9_TA(2019)0049.
([5]) Textos Aprovados, P9_TA(2019)0066.
([6]) JO C 153 E de 31.5.2013, p. 115.
([7]) JO L 12 I de 15.1.2021, p. 3.

— Tendo em conta a Resolução 71/248 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece um mecanismo internacional, imparcial e independente para apoiar a investigação e o julgamento dos responsáveis pelos crimes mais graves nos termos do Direito internacional cometidos na Síria desde março de 2011,

— Tendo em conta a declaração da UNICEF, de 28 de fevereiro de 2021, sobre a reintegração e o repatriamento seguros de todas as crianças no campo de Al-Hol e no nordeste da Síria, bem como o relatório da UNICEF, de 2 de fevereiro de 2021, sobre a situação humanitária em toda a Síria em 2020,

— Tendo em conta que, em 2011, foi criado o secretariado, integrado na Eurojust, da Rede Genocídio da UE responsável pela investigação e perseguição penal de crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra,

— Tendo em conta a Posição Comum 2003/444/PESC do Conselho, de 16 de junho de 2003, relativa ao Tribunal Penal Internacional ([8]), o seu Plano de Ação de 2004 sobre o Tribunal Penal Internacional (TPI) tendo em vista uma ratificação e aplicação universais, bem como o Plano de Ação revisto da UE de 2011,

— Tendo em conta o Estatuto de Roma do TPI,

— Tendo em conta a Carta das Nações Unidas e as convenções da ONU de que a Síria é Parte, nomeadamente a Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes,

— Tendo em conta os comunicados de Genebra de 2012 e 2014, apoiados pela ONU,

— Tendo em conta as Convenções de Genebra de 1949 e os respetivos protocolos adicionais,

— Tendo em conta a Convenção das Nações Unidas sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre a sua Destruição,

— Tendo em conta a Convenção das Nações Unidas para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, de 9 de dezembro de 1948,

— Tendo em conta o artigo 132.º, n.os 2 e 4, do seu Regimento,

A. Considerando que, no final de fevereiro de 2011, o regime sírio prendeu, manteve em detenção e torturou crianças sírias em Deraa por terem criticado o Presidente Bashar Al-Assad em *graffiti* espalhados pela cidade de Deraa; considerando que, em 15 de março de 2011, milhares de sírios em Deraa e Damasco afluíram às ruas em número recorde para exigir a realização de reformas democráticas, a libertação de prisioneiros políticos, o fim da tortura, o respeito pelo direitos humanos e pelo Estado de direito, a realização de eleições livres e justas, bem como o termo da corrupção; considerando que, ao longo de vários anos, estes protestos populares se alargaram a todo o país, em grandes cidades como Homs, Hama, Idlib e nos bairros populares de Alepo e Damasco e também em cidades mais pequenas, como Al-Hasakah, no nordeste do país, e Kafr Nabl, no noroeste;

B. Considerando que a revolta síria de 2011 foi uma manifestação da diversidade étnica e religiosa da Síria, que reuniu líderes de todos os grupos étnicos e religiosos e de todas as províncias do país;

C. Considerando que o regime sírio respondeu às legítimas aspirações democráticas do seu povo com a total brutalidade das forças de segurança sírias e das milícias aliadas sob o seu comando; considerando que mais de 500 000 pessoas perderam a vida e mais de um milhão de pessoas ficaram feridas; considerando que, segundo a Rede síria para os Direitos Humanos, desde março de 2011, foram mortos mais de 230 000 civis, 88 % dos quais pelo regime sírio, 3 % pelas forças russas, 2 % pelo Daesh e 2 % por grupos armados da oposição; considerando que mais de 15 000 civis foram torturados até à morte, 99 % dos quais nas prisões do regime; considerando que, desde então, mais de 150 000 civis foram vítimas de desaparecimentos forçados e continuam detidos, 88 % dos quais pelo regime sírio, 6 % pelo EIIL/Daesh e 3 % por grupos armados da oposição; considerando que, desde então, mais de 3 400 profissionais de saúde foram vítimas de desaparecimentos forçados ou de detenções, 98 % dos quais por conta do regime sírio;

([8]) JO L 150 de 18.6.2003, p. 67.

D. Considerando que as partes no conflito, incluindo as forças governamentais e os seus aliados, os grupos armados antigovernamentais e as organizações terroristas constantes das listas das Nações Unidas, como o EIIL/Daesh, cometeram graves violações dos direitos humanos em diferentes graus, incluindo crimes de guerra e crimes contra a humanidade; considerando que as táticas utilizadas, tanto pelo regime brutal como pelos jiadistas, visavam a aniquilação das forças moderadas e pró-democráticas; considerando que os responsáveis por estes crimes têm de responder pelos seus atos;

E. Considerando que o regime sírio utilizou armas químicas, mísseis Scud, artilharia convencional e bombas aéreas, bem como bombas de barril, bombas de dispersão e bombas incendiárias, em zonas civis densamente povoadas, como Homs, Hama e Alepo Oriental; considerando que foi negado tratamento a manifestantes pacíficos feridos por armas de fogo real das forças de segurança sírias e que lhes foram infligidos maus-tratos mortais em hospitais militares e centros de detenção em todo o país, tal como evidenciado pelo relatório Caesar apresentado pela França ao CSNU, em maio de 2014; considerando que as famílias têm sido sistematicamente impedidas de enterrar os seus mortos nos cemitérios; considerando que cidades inteiras foram cercadas e condenadas deliberadamente à fome; considerando que tiveram lugar sanções coletivas, execuções extrajudiciais e múltiplos massacres de centenas de homens, mulheres e crianças em cidades rurais, como, por exemplo, em maio de 2012, em Houla; considerando que a Comissão de Inquérito das Nações Unidas sobre a Síria denunciou o uso sistemático da violação e de outras formas de violência sexual como arma de guerra por parte das forças do regime sírio e das suas milícias;

F. Considerando que as Nações Unidas, no quadro do mandato dos seus enviados especiais, lançaram uma série de iniciativas para alcançar um cessar-fogo entre todas as partes, libertar os detidos, garantir o acesso humanitário a todas as regiões do país, proteger os jornalistas e as ONG e encetar um diálogo inclusivo com vista a obter uma solução política para o conflito que eclodiu em 2011; considerando que este processo e a Comissão Constitucional Síria colocada sob a égide das Nações Unidas permanecem num impasse;

G. Considerando que a Comissão Constitucional Síria foi criada em outubro de 2019 com o mandato de encontrar uma solução política para o conflito sírio sob os auspícios do Enviado Especial das Nações Unidas para a Síria e em consonância com a Resolução 2254 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas; considerando que, apesar das suas deficiências estruturais e da constante resistência de Assad a uma cooperação construtiva no âmbito da referida comissão, esta continua a ser um instrumento crucial para alcançar uma resolução política e pacífica do conflito;

H. Considerando que a Rússia, apoiada pela China, vetou 16 resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas desde 2011, nomeadamente sobre a possibilidade de remeter a situação na Síria para o Tribunal Penal Internacional (TPI) e sobre o reforço do acesso humanitário; considerando que o Irão e o Hezbollah têm estado diretamente envolvidos no apoio à repressão da população civil exercida pelo regime sírio; considerando que a Rússia tem estado a consagrar apoio logístico, diplomático e financeiro desde 2015 a uma intervenção militar de grande envergadura da força aérea russa em apoio do regime sírio;

I. Considerando que a Turquia tem estado a intervir diretamente na Síria desde 2016 com vista a ocupar zonas setentrionais do país, predominantemente constituídas por enclaves curdos da Síria, em violação do Direito internacional, tendo, nomeadamente, invadido, em outubro de 2019, territórios controlados pelas Forças Democráticas Sírias (FDS); considerando que, em resposta a estas ações da Turquia, vários Estados-Membros da UE suspenderam formalmente a venda de armas a este país;

J. Considerando que, de acordo com os países que exercem a copresidência do grupo de Minsk da OSCE, a Turquia transferiu mercenários sírios para o Alto Carabaque;

K. Considerando que a coligação internacional prossegue os seus esforços no Iraque, na Síria e a nível mundial para frustrar as ambições do EIIL/Daesh e bloquear as atividades das suas ramificações e redes;

L. Considerando que a UE e os seus Estados-Membros suspenderam as relações diplomáticas com o regime sírio em 2012; considerando que a UE encerrou a sua delegação em Damasco em dezembro de 2012, na sequência do encerramento das embaixadas dos Estados-Membros no início de 2012;

M. Considerando que, em 2011, o Conselho adotou sanções contra pessoas e entidades envolvidas na repressão da população civil e, subsequentemente, reforçou essas sanções, a fim de obter uma solução política negociada; considerando que estas sanções beneficiam de isenções humanitárias;

N. Considerando que a resposta do regime sírio à revolta conduziu à destruição do tecido económico e social da Síria; considerando que o colapso da libra síria foi agravado pela derrocada da economia libanesa desde 2019 e pelas repercussões económicas mundiais relacionadas com a pandemia de COVID-19 desde março de 2020; considerando que o custo de produtos de base aumentou mais de 100 % desde 2019;

O. Considerando que a Síria, sob intensa pressão internacional, assinou e ratificou a Convenção sobre as Armas Químicas em outubro de 2013, após ter cometido aquele que foi, até à data, o seu mais grave ataque químico numa zona civil na parte oriental de Ghouta, um subúrbio a leste de Damasco; considerando que, desde então, a equipa de investigação e identificação da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) considerou o regime sírio responsável pela utilização de armas químicas contra alvos civis em múltiplas ocasiões; considerando que, em julho de 2020, o Conselho Executivo da OPAQ solicitou formalmente que o regime sírio procedesse à declaração das suas instalações de armas químicas;

P. Considerando que o conflito resultou em quase 7 milhões de refugiados e mais de 13 milhões de pessoas dependentes da ajuda humanitária na Síria, incluindo 6 milhões de mulheres e crianças, 6,8 milhões de pessoas deslocadas internamente (PDI) e 3 milhões de pessoas a viver em zonas sitiadas e de difícil acesso; considerando que as necessidades humanitárias aumentaram em um quinto só no último ano; considerando que há mais 4,5 milhões de sírios que vivem numa situação de insegurança alimentar e que 90 % dos sírios vivem abaixo do limiar de pobreza; considerando que o acesso de todas as populações necessitadas à ajuda humanitária continua a ser vital e que 40 % da população síria reside em zonas não controladas pelo governo; considerando que, além da prestação de cuidados de saúde gerais à população, a pandemia de COVID-19 demonstrou até que ponto o acesso transfronteiriço ao noroeste e nordeste da Síria continua a ser vital; considerando que o inverno e as inundações subsequentes, que afetaram cerca de 121 000 pessoas em 304 locais que acolhem deslocados internos no noroeste da Síria, trouxeram um nível adicional de sofrimento a uma população já extremamente vulnerável; considerando que o governo sírio continuou a impor restrições severas à prestação de ajuda humanitária em zonas da Síria controladas pelo governo e noutras zonas do país;

Q. Considerando que cerca de 12 000 estrangeiros, na sua maioria suspeitos de estarem direta ou indiretamente relacionados com o EIIL/Daesh, se encontram detidos em sete prisões geridas pelas FDS no nordeste da Síria; considerando que 9 000 destas pessoas se encontram detidas no campo de Al-Hol, o maior campo da Síria, que alberga um total de 64 000 pessoas, na sua maioria famílias com ligações ao EIIL/Daesh, das quais 94 % são mulheres e crianças, incluindo cidadãos da UE; considerando que as atuais condições são extremamente alarmantes, especialmente após os últimos assassinatos registados desde o início deste ano;

R. Considerando que o conflito teve um impacto particularmente grave na vida e nos direitos humanos das crianças na Síria; considerando que foram mortas mais de 29 500 crianças, 78 % das quais pelo regime sírio e pelas milícias iranianas, 7 % pelas forças russas e 3 % pelo Daesh, de acordo com a Rede síria para os Direitos Humanos; considerando que mais de 2,6 milhões de raparigas e rapazes foram deslocados internamente das suas casas e que a saúde mental de muitas crianças sírias foi e continuará a ser profundamente afetada pela brutalidade do conflito; considerando que a impossibilidade de as crianças sírias obterem uma certidão de nascimento e documentos de identidade as expõe ao risco de se tornarem apátridas; considerando que milhões de crianças perderam anos de escolaridade e que, atualmente, 2,8 milhões de crianças não frequentam a escola na Síria;

S. Considerando que os ataques incessantes contra estabelecimentos de saúde destruíram o sistema de saúde sírio e que a população síria se vê confrontada de forma dramática com as dificuldades resultantes da crise da COVID-19; considerando que, na Síria, estão a funcionar menos de 64 % dos hospitais e de 52 % dos centros de cuidados de saúde primários; considerando que 70 % da mão-de-obra no setor da saúde fugiu do país, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS);

T. Considerando que os ataques regulares às estruturas de prestação de cuidados de saúde têm sido uma constante no conflito sírio desde o seu início, em flagrante violação das disposições do Direito internacional humanitário, e que estes ataques persistiram em 2020 durante a pandemia; considerando que, ao longo da última década, aumentou o reconhecimento internacional do caráter sistemático dos ataques contra as estruturas que prestam cuidados de saúde na Síria, mas que não se verificou uma clara imputação de responsabilidades por tais ataques, a despeito da adoção das resoluções 2139 (2014) e 2286 (2016) do CSNU; considerando que o Secretário-Geral da ONU criou uma comissão de inquérito interno das Nações Unidas, que analisou um número limitado de incidentes no noroeste da Síria entre setembro de 2019 e abril de 2020;

Quinta-feira, 11 de março de 2021

U. Considerando que os defensores dos direitos humanos e os profissionais de ajuda humanitária continuam a manifestar preocupação com a segurança e a proteção dos repatriados e das pessoas deslocadas, tendo em conta a situação em muitas regiões do país e as questões que concita a abordagem do governo sírio em matéria de reconciliação política;

V. Considerando que, desde 2011, a UE e os seus Estados-Membros mobilizaram 20 mil milhões de euros para ajuda humanitária e assistência à estabilização e resiliência a favor dos sírios no interior do país e nos países vizinhos; considerando que a UE tem sido a força motriz das conferências de doadores para a Síria, que se realizaram em Bruxelas ao longo de quatro anos consecutivos (2017-2020), e da Quinta Conferência de Bruxelas, que deverá ter lugar em 29 e 30 de março de 2021;

W. Considerando que a Resolução 2533 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 11 de julho de 2020, sobre a ajuda transfronteiriça só prorrogou a abertura do posto fronteiriço de Bab al-Hawa por um ano, até 10 de julho de 2021, encerrando os postos fronteiriços de Bab al-Salam, Al Yarubiyah e Al-Ramtha;

X. Considerando que, desde 2011, milhões de sírios foram privados dos seus direitos de propriedade por força das novas leis adotadas pela Síria nessa matéria que penalizam aqueles que desertaram do serviço militar ou que fugiram do país sem autorização prévia;

Y. Considerando que os Montes Golã são território sírio e estão ocupados pelo Estado de Israel desde 1967;

Z. Considerando que, durante o conflito, as diferentes partes perpetraram vários ataques ao património cultural, nomeadamente a destruição e a pilhagem de sítios arqueológicos pelo EIIL/Daesh, bem como o arrasamento, a pilhagem e a destruição de sítios arqueológicos e de santuários e sepulturas iazidis pelo Exército Nacional sírio em Afrin;

AA. Considerando que o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, assinado e ratificado por todos os Estados-Membros, afirma que os crimes de maior gravidade que preocupam globalmente a comunidade internacional — sobretudo o genocídio, os crimes contra a humanidade e os crimes de guerra –, não devem ficar impunes;

AB. Considerando que, já em 2009, todos os Estados-Membros haviam ratificado o Estatuto de Roma do TPI; considerando que o Conselho criou, em 2011, o secretariado da Rede Genocídio da UE, integrado na Eurojust, para a investigação e perseguição penal de crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra; considerando que, de acordo com a estratégia da UE para a Síria, a União é exortada a promover a obrigação de prestar contas pelos crimes de guerra cometidos na Síria, com vista a facilitar um processo de reconciliação nacional e a justiça transicional;

AC. Considerando que, em 2018, foi lançada, pela primeira vez, uma equipa de investigação conjunta liderada pelas autoridades policiais e judiciais da França e da Alemanha para facilitar a detenção e o julgamento de criminosos da guerra na Síria na sequência da publicação do relatório Caesar, que veio expor situações de fome e atos de tortura de que foram sistematicamente vítimas dezenas de milhares de mulheres e homens nos centros de detenção da Síria desde 2011;

1. Manifesta o seu apoio às aspirações democráticas do povo sírio que, há dez anos, em 15 de março de 2011, se manifestou pacificamente a favor de reformas democráticas em Deraa, em Damasco e no resto do país; presta homenagem às 500 000 vítimas da repressão e do conflito na Síria desde o início da revolta popular; entende que deve ser o povo sírio a decidir do futuro do seu país; manifesta o seu apoio à unidade, soberania e integridade territorial do Estado sírio e do seu povo;

2. Manifesta a sua profunda preocupação com o persistente impasse político e louva os esforços envidados pelo Enviado Especial das Nações Unidas, Geir O. Pedersen, para encontrar uma solução política para o conflito; partilha das preocupações do Enviado Especial quanto à ausência de progressos; reafirma que uma solução sustentável para o conflito sírio não pode ser alcançada por via militar; manifesta igualmente a sua apreensão perante o colapso económico e a trágica crise humanitária em curso na Síria;

3. Manifesta o seu apoio à Resolução 2254, de 2015, do CSNU, que institui um processo de reforma constitucional liderado pela Síria; lamenta profundamente a falta de determinação do regime sírio, apesar do empenho reiterado e da disponibilidade de representantes da oposição síria para negociar com o regime sírio tendo em vista a elaboração de uma nova Constituição síria; salienta, a este respeito, a necessidade de instauração de um mecanismo de monitorização, verificação e informação sobre o cessar-fogo sob a égide das Nações Unidas;

4. Opõe-se à normalização das relações diplomáticas com o regime sírio enquanto não se registarem progressos fundamentais no terreno na Síria, acompanhados de um empenho claro, contínuo e credível a favor de um processo político inclusivo; considera que as próximas eleições presidenciais de 2021 na Síria carecem, no contexto atual, de qualquer tipo de credibilidade aos olhos da comunidade internacional; condena firmemente as visitas de deputados do Parlamento Europeu ao regime sírio e salienta que esses deputados não representam o Parlamento Europeu;

5. Lamenta que alguns intervenientes tenham agravado a divisão da fragmentada oposição síria, obstruindo o processo de Genebra;

6. Condena veementemente todas as atrocidades e violações dos direitos humanos e do Direito internacional humanitário perpetradas em particular pelo regime de Assad, mas também por intervenientes russos, iranianos e turcos; insta a Rússia, o Irão e o Hezbollah a retirarem todas as forças e os representantes sob o seu comando, exceto os que participam numa força internacional de manutenção da paz ou de estabilização no âmbito do mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas; lamenta que a Rússia e o Irão apoiem o regime sírio na repressão generalizada contra a sua população civil, condenando o facto de estes dois países terem assumido o controlo do processo político sírio e dos recursos económicos da Síria;

7. Insta a Turquia a retirar as suas tropas do norte da Síria, que ocupa ilegalmente sem qualquer mandato das Nações Unidas; condena as transferências ilegais organizadas pela Turquia de sírios curdos do norte da Síria ocupada para a Turquia para fins de detenção e julgamento, em violação das obrigações internacionais da Turquia ao abrigo das Convenções de Genebra; solicita que todos os detidos sírios transferidos para a Turquia sejam imediatamente repatriados para os territórios ocupados na Síria; manifesta a sua preocupação pelo facto de estas deslocações organizadas pela Turquia poderem equivaler a uma limpeza étnica contra a população curda da Síria; salienta que a invasão e ocupação ilegais por parte da Turquia comprometeram a paz na Síria, no Médio Oriente e no Mediterrâneo Oriental; condena firmemente a utilização pela Turquia de mercenários sírios em conflitos na Líbia e no Alto Carabaque, em violação do Direito internacional; alt 10

8. Crê firmemente na diversidade religiosa e étnica da Síria; critica os atos de discriminação de longa data exercidos pelo regime sírio contra os curdos da Síria; condena os ataques específicos do regime sírio contra vozes dissidentes, como Ali Ferzat, vencedor do Prémio Sakharov do Parlamento Europeu, pelas suas críticas ao Presidente Bashar Al-Assad, bem como os ataques do regime sírio contra 124 igrejas cristãs, denunciados pela Rede síria para os Direitos Humanos; condena firmemente os assassinatos de membros de minorias religiosas pelo EIIL/Daesh e, em particular, os crimes de genocídio contra iazidis, muçulmanos xiitas e cristãos no período de 2014-2018; lamenta profundamente a perseguição de minorias por grupos armados da oposição;

9. Recorda à comunidade internacional a gravidade e a magnitude das violações dos direitos humanos na Síria perpetradas por todas as partes no conflito; chama a atenção para o facto de o regime sírio ser o grande responsável pela sua decisão de exercer atos de repressão generalizada contra manifestantes pacíficos, recorrendo a meios inomináveis; recorda a importância do relatório Caesar e da confirmação, apresentada pela França ao CSNU em 2014, da credibilidade das fotografias dos 11 000 prisioneiros identificados, que foram deixados morrer à fome e torturados até à morte em centros de detenção e hospitais militares nos arredores de Damasco entre 2011 e 2013; exorta a UE e os seus Estados-Membros a apoiarem a recomendação da Comissão de Inquérito da ONU, de março de 2021, visando facilitar a criação de um mecanismo independente, dotado de um mandato internacional e de uma abordagem centrada nas vítimas para localizar os desaparecidos ou os seus restos mortais, mormente os encontrados em valas comuns;

10. Condena firmemente o assassinato de 550 jornalistas estrangeiros e sírios pelo regime sírio e de dezenas de outros pelo EIIL/Daesh e por outros grupos armados; insta o regime sírio a libertar sem demora os 400 jornalistas que mantém na prisão, de acordo com a Rede síria para os Direitos Humanos;

11. Condena com a maior veemência a utilização da violação como arma de guerra contra as mulheres, quer pelo regime sírio e pelas suas milícias, tal como documentado pelo Comité Internacional Independente das Nações Unidas, quer pelo EIIL/Daesh contra mulheres iazidis e xiitas; recorda o papel desempenhado pelas mulheres na revolta de 2011 e a importância fundamental de incluir as mulheres em todos os níveis das estruturas do poder político, económico e judicial da Síria, incluindo na justiça transicional; reitera a importância de incluir as mulheres e os jovens no processo de resolução de conflitos;

12. Reitera, com a maior veemência, a sua condenação dos ataques aéreos russos responsáveis pela morte de mais de 6 900 civis, incluindo 2 000 crianças, utilizando munições de dispersão, bombas termobáricas (explosivos «ar-combustível») e mísseis de longo alcance contra órgãos de comunicação social independentes, hospitais, infraestruturas humanitárias, incluindo mais de 207 instalações médicas, de acordo com a Rede síria para os Direitos Humanos, e unidades do serviço sírio de proteção civil, como membros da organização humanitária «Capacetes Brancos»; denuncia as tentativas da Rússia de manchar a imagem dos Capacetes Brancos nos meios de comunicação social ocidentais através de uma campanha de desinformação agressiva e contínua nas redes sociais; condena veementemente o envolvimento de aviões de guerra russos nos ataques químicos perpetrados pelo regime sírio, como no massacre químico de Khan Sheikhoun, de abril de 2017, após o qual aviões de guerra russos bombardearam de imediato o único hospital onde as vítimas estavam a ser tratadas;

13. Apela ao regime sírio para que liberte sem demora os 130 000 presos políticos indevidamente detidos, incluindo mulheres, homens e crianças vítimas de desaparecimentos forçados por conta das forças de segurança sírias; condena firmemente o recurso sistemático à tortura, a tratamentos desumanos e à violência sexual nas terríveis condições em que se encontram os detidos, sem qualquer acesso a um tribunal civil, a um advogado, a tratamento médico ou a familiares; salienta que são negados aos detidos os seus direitos fundamentais a um julgamento justo, incluindo a sonegação de informações sobre a sua detenção e o recurso à tortura para extorquir falsas confissões; insta as autoridades sírias a facultarem, sem exceção, o acesso imediato e sem entraves a centros de detenção pelas ONG humanitárias internacionais reconhecidas e por organizações de monitorização sem notificação prévia;

14. Salienta que o EIIL/Daesh ainda está ativo na região e não foi derrotado; manifesta a sua preocupação com as dificuldades em preservar as provas de crimes perpetrados pelo EIIL/Daesh e em obter acesso a essas provas, bem como em desvendar o paradeiro de pessoas raptadas; exorta a UE e os seus Estados-Membros a apoiarem os esforços empreendidos *in situ* para documentar e preservar as provas desses crimes; congratula-se com a instauração de ação penal contra cidadãos da UE e de países terceiros que tenham aderido ao EIIL/Daesh;

15. Manifesta a sua preocupação com o ressurgimento do EIIL/Daesh no nordeste do país; louva os esforços da coligação internacional contra o EIIL/Daesh; salienta a importância de um empenho contínuo e a longo prazo dos EUA na coligação; reitera o seu apoio aos esforços da coligação internacional contra o EIIL/Daesh e realça o importante contributo das Forças Democráticas Sírias (FDS) enquanto aliado na luta contra o EIIL/Daesh;

16. Manifesta a sua preocupação com a escalada das tensões no Curdistão iraquiano, que, nos últimos anos, tem beneficiado de uma maior estabilidade do que a Síria e que proporcionou um abrigo seguro aos refugiados sírios;

17. Reafirma que os responsáveis por graves crimes internacionais devem ser devidamente julgados, incluindo pelos Estados-Membros da UE, na ausência de outros processos internacionais ou nacionais de justiça transicional; salienta a importância fundamental de solucionar a questão das pessoas detidas e desaparecidas por todas as partes no conflito enquanto elemento fundamental de qualquer processo de transição para alcançar a paz;

18. Recorda que o Tribunal Penal Internacional (TPI) deve continuar a ser a principal jurisdição a nível internacional com competência para se pronunciar sobre crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão; considera que a ausência de responsabilização favorece o cometimento de mais atrocidades, além de agravar o sofrimento das vítimas; insiste, por conseguinte, na necessidade de todos os infratores responderem pelos seus atos, nomeadamente através da aplicação do princípio da jurisdição universal, e de as vítimas terem acesso a reparação; salienta que a introdução de medidas de justiça reparadora não pode esperar até ao fim do conflito e insta a UE e os seus Estados-Membros a reforçarem o seu apoio aos processos conduzidos por grupos representativos de sírios; condena firmemente os 16 vetos apresentados pela Rússia no CSNU, com o apoio da China, contra a possibilidade de remeter a situação na Síria para o TPI;

19. Congratula-se com a primeira condenação de um agente de segurança do regime sírio acusado de cumplicidade em crimes contra a humanidade, em 24 de fevereiro de 2021, no tribunal de Koblenz, na Alemanha;

20. Louva os esforços envidados pelos Estados-Membros da UE desde 2019 para obter um amplo apoio internacional que permita garantir um financiamento a longo prazo, no âmbito do orçamento geral das Nações Unidas, em benefício do mecanismo internacional, imparcial e independente das Nações Unidas para apoiar a investigação e o julgamento dos responsáveis pelos crimes mais graves nos termos do Direito internacional cometidos na Síria desde março de 2011 (IIIM);

21. Congratula-se com a constituição da equipa de investigação conjunta franco-alemã para apoiar a perseguição penal dos crimes contra a humanidade documentados no relatório Caesar; congratula-se com os mandados de detenção internacionais emitidos pelos dois países em 2018 para proceder à detenção de três altos agentes das forças de segurança; louva o papel desempenhado pelas ONG locais sírias na verificação, documentação, recolha e proteção de provas de crimes contra a humanidade e crimes de guerra, bem como o papel complementar desempenhado por ONG como a Comissão para a Responsabilização e a Justiça Internacional na assistência às autoridades policiais e judiciais europeias tendo em vista a perseguição penal eficaz dos criminosos de guerra presentes no território dos Estados-Membros da UE; insta a UE a facultar mais formação jurídica aos sírios, a fim de lhes permitir desempenhar um papel na luta contra a impunidade;

22. Exorta a Comissão a apresentar um plano de ação da UE sobre a impunidade, com um capítulo específico sobre a Síria; salienta que este plano de ação deve procurar coordenar e harmonizar de forma mais adequada os recursos e os esforços dos Estados-Membros para julgar criminosos de guerra na UE; considera que a justiça transicional desempenha um papel fundamental na garantia da paz a longo prazo; insta a UE a criar um fundo europeu específico para as vítimas de crimes contra a humanidade na Síria;

23. Apoia os esforços dos Estados-Membros visando melhorar a coordenação dos recursos judiciais, policiais e no domínio da imigração através da criação de jurisdições comuns, a fim de agregar as competências judiciais entre os Estados-Membros e facilitar a ação penal; salienta que os Estados-Membros que disponham de recursos mais vastos devem partilhar os seus peritos e intérpretes, a fim de facilitar e racionalizar as investigações, e que cada Estado-Membro deverá nomear um procurador competente para estes crimes, a fim de acelerar os esforços de coordenação judicial;

24. Solicita aos Estados-Membros que partilhem automaticamente, a nível da UE, as informações sobre suspeitos de crimes de guerra, nos termos do artigo 1.º-F da Convenção de Genebra; considera que é igualmente necessária uma cooperação mais estreita entre as autoridades competentes no domínio da imigração e os procuradores no que respeita aos suspeitos de crimes de guerra a nível nacional;

25. Insta todos os Estados-Membros da UE, sem exceção, a cooperarem plenamente na luta contra a impunidade; manifesta a sua profunda preocupação com a falta de cooperação de alguns Estados-Membros na instauração da ação penal contra criminosos da guerra na Síria;

26. Apoia plenamente os esforços europeus liderados pelos Países Baixos desde setembro de 2020 para intentar processos judiciais contra a Síria no Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) por violação da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura;

27. Apela aos Estados-Membros para que, por ocasião da próxima conferência da OPAQ que se realizará na primavera de 2021, solicitem a suspensão da participação da Síria nesta organização por ter falsificado provas da utilização de armas químicas; reitera a sua consternação face aos 336 ataques químicos documentados perpetrados pelo regime sírio, durante os quais foram usados gás de cloro, gás sarin e gás mostarda contra civis, e condena estes ataques;

28. Condena firmemente os ataques a trabalhadores humanitários perpetrados por todas as fações, especialmente pelo regime sírio e pelo EIIL/Daesh; salienta que o regime sírio tem uma responsabilidade particular nos assassínios seletivos de trabalhadores humanitários desde 2011; destaca a pesada responsabilidade da Rússia pelos ataques contra trabalhadores humanitários, em particular pelo bombardeamento de 21 hospitais de campanha dos Médicos Sem Fronteiras (MSF) em outubro de 2015;

29. Manifesta a sua profunda preocupação, dez anos após o início do conflito, com o sofrimento que continua a ser infligido ao povo sírio; está particularmente preocupado com o facto de as necessidades humanitárias na Síria terem aumentado em um quinto só no último ano e com o facto de mais 4,5 milhões de sírios viverem atualmente numa situação de insegurança alimentar e de 90 % viverem abaixo do limiar de pobreza; considera que o acesso humanitário deve continuar a ser uma prioridade central para a UE na Síria e que o aumento das necessidades exige uma maior resposta financeira e política por parte da UE; observa que a renovação da Resolução 2533 do CSNU sobre o posto fronteiriço em Bab al-Hawa está agendada para julho de 2021; lamenta que a Rússia e a China se tenham abstido na última votação em vez de votarem a favor da resolução; considera que não se pode contar com a prestação de ajuda humanitária através das frentes de combate para as pessoas que atualmente dependem da distribuição de ajuda transfronteiras; recorda que 2,4 milhões de sírios dependem deste posto fronteiriço para sobreviver e que a não renovação da autorização desta passagem fronteiriça por um período mínimo de 12 meses teria consequências graves e potencialmente mortais; condena as ações dos membros do CSNU que procuraram limitar o acesso humanitário para fins políticos; insta todos os membros do CSNU a apoiarem a renovação da resolução sobre a passagem transfronteiriça, a fim de evitar o agravamento da crise humanitária e de assegurar o apoio a intervenções através das frentes de combate realizadas em conformidade com os princípios humanitários; salienta a importância de renovar sem demora a autorização dos pontos de passagem fronteiriços de Bab

al-Salam e Yarubiyah, em conformidade com a Resolução 74/169 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a fim de garantir que a ajuda chegue às populações carenciadas, tanto a noroeste como a nordeste, pelas rotas mais diretas; sublinha a importância de velar por que a ajuda humanitária seja exclusivamente encaminhada para as pessoas mais carenciadas;

30. Exorta a comunidade internacional a dar resposta, com caráter de urgência, às necessidades humanitárias sem precedentes do povo sírio dentro e fora da Síria; incentiva a UE, enquanto organizadora da quinta conferência de doadores referente à Síria, que terá lugar em Bruxelas, a mobilizar outros doadores internacionais no sentido de incrementar o apoio do Plano de Resposta para Assistência Humanitária à Síria a favor do setor da saúde através de um financiamento reforçado, flexível e plurianual que cubra as necessidades da população a longo prazo; insta os doadores internacionais a investirem especificamente em programas que permitam reconstruir, restabelecer e reforçar as estruturas para a prestação de cuidados de saúde danificadas ou destruídas, além de outras infraestruturas civis que tenham sofrido danos;

31. Insta o CSNU a incluir apelos explícitos à proteção dos profissionais de saúde nas próximas resoluções e debates oficiais das Nações Unidas; exorta, neste contexto, os Estados-Membros da UE a oferecerem apoio político e operacional às iniciativas de responsabilização e às investigações neste domínio lideradas pelas Nações Unidas tendo em vista garantir o respeito pelo Direito humanitário internacional;

32. Salienta, na perspetiva da quinta Conferência de Doadores, que terá lugar em Bruxelas, em 29 e 30 de março de 2021, a importância não só de manter os compromissos de ajuda humanitária, mas também de reforçar as promessas de financiamento a favor da população síria, das pessoas deslocadas internamente e dos refugiados, bem como das comunidades afetadas pela crise na região; chama a atenção para o facto de a UE e os seus Estados-Membros serem os maiores doadores de ajuda humanitária para fazer face à crise humanitária na Síria, tendo as ajudas atingido, desde 2011, 20 mil milhões de euros; manifesta a sua viva preocupação com os alegados planos do governo do Reino Unido para reduzir significativamente as suas contribuições, incluindo reduções de 67 % para a Síria e de 88 % para o Líbano;

33. Enaltece o papel desempenhado pelos Estados vizinhos ao darem provas de solidariedade e ao prestarem assistência aos refugiados sírios no Líbano, na Jordânia, na Turquia e no Iraque; apela aos Estados-Membros da UE para que continuem a financiar programas de ajuda humanitária destinados aos países de acolhimento de refugiados e às pessoas deslocadas internamente na Síria; exorta os Estados-Membros da UE a disponibilizarem todo o financiamento e apoio necessários para garantir que todas as crianças refugiadas sírias em países de acolhimento tenham acesso não só ao ensino primário, mas também ao ensino secundário; insta todos os países de acolhimento a adotarem todas as medidas para o efeito necessárias e a eliminarem quaisquer obstáculos administrativos ou legislativos; incentiva os países de acolhimento a centrarem os seus esforços no acesso ao emprego, a serviços de saúde e à educação, bem como de documentos de identificação, o que promoverá a capacidade de os refugiados trabalharem e de se tornarem autossuficientes;

34. Observa que o Fundo Fiduciário Madad da UE de resposta à crise síria expirará no final de 2021; insta a Comissão a consagrar meios financeiros à resposta humanitária da UE à crise síria no âmbito do Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional e a velar pela boa execução dos seus projetos;

35. Solicita a todos os Estados-Membros que apoiem a ajuda humanitária baseada em princípios, sem normalizar as relações com o regime sírio; adverte contra o investimento direto ou indireto de ativos financeiros da UE na reconstrução geral da Síria, caso o regime sírio não ponha em marcha um processo político credível; solicita ao VP/AR que, no âmbito do planeamento a longo prazo da resposta na Síria, desenvolva uma política robusta de dever de diligência em matéria de direitos para futuras intervenções de reconstrução em estreita cooperação com a sociedade civil síria, inclusive um quadro de monitorização com indicadores consagrados às normas de direitos humanos; lamenta os planos empresariais russos, iranianos, chineses e turcos visando tirar partido da destruição da Síria;

36. Exorta os Estados-Membros a manterem as sanções contra pessoas e entidades envolvidas em atos de repressão na Síria; salienta a importância de evitar as consequências negativas indesejadas das sanções por via de derrogações por motivos humanitários em prol de uma ação humanitária baseada em princípios, bem como a importância de abordar conjuntamente com os EUA os problemas relacionados com o cumprimento excessivo das obrigações regulamentares por parte dos bancos;

37. Exorta a UE e os seus Estados-Membros a renovarem e a alargarem a lista de pessoas sujeitas a sanções específicas ao abrigo do novo regime mundial de sanções da UE em matéria de direitos humanos, incluindo os comandantes civis e militares sírios, russos e iranianos que estejam implicados de forma credível em crimes de guerra;

38. Compromete-se a adotar legislação eficaz da UE em matéria de dever de diligência das empresas que imponha obrigações de dever de diligência em matéria de direitos humanos às empresas da UE e às empresas que operam no mercado único;

39. Recorda a todos os Estados-Membros da UE que a Síria não é um país seguro para efeitos de repatriamento; considera que qualquer regresso deve ser efetuado de forma segura, voluntária, digna e informada, em conformidade com a posição declarada da UE; insta todos os Estados-Membros da UE a absterem-se de alterar as suas políticas nacionais com o intuito de privar determinadas categorias de sírios do seu estatuto de proteção e a inverterem esta tendência se já tiverem posto em marcha tais políticas; insta o Líbano, a Turquia e todos os países da região a suspenderem a deportação de sírios para a Síria contra a sua vontade;

40. Condena os danos irreparáveis causados a locais de interesse cultural devido às táticas de terra queimada do regime de Assad, bem como as ações de pilhagem e tráfico de artefactos pelos jiadistas, que os utilizam para financiar o seu papel no conflito;

41. Manifesta viva preocupação com a deterioração da situação humanitária, sanitária e de segurança dos campos no nordeste da Síria, nomeadamente nos campos de Al-Hol e Roj, que continuam a ser viveiros de radicalização; considera que é necessário que os cidadãos da UE suspeitos de pertencerem a organizações terroristas e detidos nesses campos sejam julgados em tribunal; manifesta a sua consternação face ao assassinato, em 24 de fevereiro de 2021, de um trabalhador da organização MSF no campo Al-Hol, que constitui mais uma prova do custo em termos de vidas humanas resultante da violência e das condições de vida inseguras no campo;

42. Solicita aos Estados-Membros que protejam os nacionais menores de idade que possam estar detidos por crimes relacionados com a segurança ou por associação a grupos armados;

43. Solicita aos Estados-Membros que repatriem todos os menores europeus, tendo em conta a sua situação familiar específica e o superior interesse da criança como uma consideração primordial, e prestem o apoio necessário à sua reabilitação e reinserção, em plena conformidade com o Direito internacional;

44. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, ao Serviço Europeu para a Ação Externa, ao Vice-Presidente da Comissão Europeia/Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, aos parlamentos e aos governos dos Estados-Membros, ao Governo e Conselho de Representantes do Iraque, ao Governo Regional do Curdistão e ao Governo e Parlamento da Federação da Rússia.